

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL CÂMARA MUNICIPAL DE MÂNCIO LIMA

America Septing 150 - rection - CMSS 46:510:277 /880(- 16 - CM2; 80:398,800 Encar 1601 3315 - 3185; EAX: 1601 3165 - 3185; EAX: 1601 316

ASSESSORIA JURÍDICA

CONSULTA JURÍDICA

PARECER JURÍDICO Nº 006/2020

EMENTA: Projeto de Lei nº 015/2020. Autoria. Poder Executivo. Institui o Código de Posturas. Município de Mâncio Lima. Analise. Tramites legislativo. Aprovação. Reprovação. Fundamentação jurídica. Possibilidade. Existente.

1 - DOS FATOS

Foi efetivada uma consulta ao setor jurídico sobre a seguinte situação in verbis: Projeto de Lei que dispõe sobre; "Institui o Código de Posturas do Município de Mâncio Lima e dá outras providências", nos termos da Legislação pátria e local.

I - Projeto de Lei nº 015 de 30 de Novembro de 2020, de Autoria do Poder Executivo Municipal, representando pelo Sr. Isaac de Souza Lima, Prefeito, que; "Institui o Código de Posturas do Município de Mâncio Lima e dá outras providências".

O presente parecer delineará sobre a legalidade e os procedimentos legislativos que devem ser observados na tramitação projeto de lei, até sua aprovação em plenário, respeitando a competência legislativa, diante da matéria em projeto, há bem de seu procedimento, nessa casa legislativa.

Cumpre destacar que, a legislação a ser respeitada, se volta para a Constituição Federal, Estadual, Lei Orgânica de Mâncio Lima - Acre e as Leis Locais.

Nesta feita, a melhor resposta estar fundamentada na legislação pátria e local.

É o relatório, passa a fundamentar;





ESTADO DO ACRE

PODER LNGISLATIVO MUNICIPAL CÂMARA MUNICIPAL DE MÂNCIO LIMA

Annual Suprime 150 - Course - DESC NO.518.277 (900) - 16 - 000: 00.800.000 Eng: (60) 5143 - 1155, DAG (60) 5141 - 1165, Marcia bins - Ad

ASSESSORIA JURÍDICA

2 - DA FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente, devemos deixar consignado que realizaremos somente a análise referente ao aspecto <u>legal</u> da presente propositura, não sendo de nossa alçada tecer qualquer manifestação referente a assuntos técnicos ou mesmo qualquer outro que diz respeito à abrangência do projeto.

Neste toar, necessário se faz observar o que diz a CF/88, a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno da Câmara a respeito da propositura das leis.

Vejamos o que diz o Art. 61 da CF/88 sobre o tema.

"Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

(...);

II - disponham sobre:

(...):

 b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

(...)."

Como se percebe a iniciativa das leis obedece a uma competência legislativa para sua propositura. E assim sendo, todos os entes federativos devem se submeter e respeitar tais procedimentos.

Nesse contexto é o Arts. 48, 50, 51 e 72 da Lei Orgânica Municipal, e do Art. 38 do Regimento Interno da Câmara de Mâncio Lima - Acre. Senão vejamos:

Lei Orgânica Municipal:

"Art. 48 - O processo legislativo municipal compreende a elaboração de:

(...)

II - leis complementares;

(...);

Art. 50 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer V ereador, Comissão Permanente da Câmara, ao Prefeito e ao eleitorado que a exercerá sob a forma de moção articulada subscrita, no mínimo, por 5% (cinco) por cento do total do número de eleitores do Município.

Art. 51 - As leis complementares somente serão aprovadas se obtiverem maioria absoluta dos votos dos membros da Câmara Municipal, observados os demais termos de votação das leis ordinárias.

Paragrafo único. Serão leis complementares, dentre outras previstas nesta Lei Orgânica:

III - código de posturas;;

(...)."

Art. 72 - Compete ao Prefeito, entre outras atribuições:

I - a iniciativa das leis, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica;

(...);"





ESTADO DO ACRE

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL CÂMARA MUNICIPAL DE MÂNCIO LIMA

Accepted Augusta, 150 - combus - DANA 18.518.275 (1981 - 18 - DEE: 49.500,000 Fauge 1689 1983 - 1982, TANA (88) 1982 - 1982, Marcio Lina - Ac

ASSESSORIA JURÍDICA

Regimento Interno da Câmara: "Art. 38 - São atribuições do Plenário:

1 10

XIII - dispor sobre a organização e a estrutura básica dos serviços municipais;

XIV - estabelecer normas de política administrativa, nas matérias de competência do município;

(...)."

Cabe agora discorrermos sobre a competência legislativa, no âmbito Municipal.

No que tange a competência legislativa no âmbito do Município, essa está restrita ao que discorre o Art. 30 da CF/88 e o Art. 16 da Lei Orgânica Municipal, diz:

Constituição Federal de 1988;

"Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local; (...)."

Lei Orgânica Municipal;

"Art. 16 - Ao Municipio compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bemestar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições: I - legislar sobre assuntos de interesse local; (...);

Desta feita, as competências no âmbito da legislatura, estão abraçadas pela legislação pátria, bem como pela legislação local (Lei Orgânica) e (Regimento Interno) da Câmara. Assim cumpre analisar o projeto, conforme delineado anteriormente, para desenvolver a sua tramitação e legalidade.

Analisando os procedimentos, verifica-se que o Projeto de Lei nº 015 de 30 de Novembro de 2020, de autoria do Poder Executivo Municipal, representado pelo Sr. Isaac de Souza Lima, Prefeito, que; "Institui o Código de Posturas do Município de Mâncio Lima e dá outras providências", deve seguir sua tramitação.

Cumpre destacar que, o Projeto de Lei em analise, encontra-se acompanhado pelos pareceres formulados pela Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicação, e os pareceres da lavra da Comissão de Orçamento e Finanças, no que preconiza o Art. 57, § 1°, Art. 59, I c/c o Art. 118, ambos do Regimento Interno do Legislativo Municipal.

Diante dos fatos, tem-se que, a legalidade da propositura do projeto em apreço, estar em consonância com as normas locais acima delineadas.

"Art. 59. Compete a Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicação, opinar obrigatoriamente, quanto ao mérito, sobre as seguintes matérias I - código de obras e código de posturas;



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE MÂNCIO LIMA

Seculia Saria, 314 - secre - (MRS 01.110.277 (400) - 11 - (SE: 89.990.00) Eng. (80) 312 - 1312, FM: (80) 312 - 1312, Maria Lina - in ASSESSORIA JURIDICA

(...)."

Desta feita, detecta-se que, a iniciativa do Projeto de Lei encontra amparo legal nos Arts. 16, 48, 50, 51 e 72 da LOM c/c o Arts. 38 e 59 e demais dispositivos do Regimento Interno.

Assim, o Projeto de Lei nº 015 de 30 de Novembro de 2020, está em consonância com a legalidade pátria e local, no que concerne a competência legislativa e sua iniciativa, ou seja, se encontra no arcabouço legislativo municipal, e apto a se submeter às tramitações de praxe, para sua análise em plenário.

Ressaltamos que o presente parecer tem caráter meramente opinativo, não vinculando a Administração ou os particulares à sua motivação ou conclusões. No entanto, recomendamos a Mesa Diretora da Câmara Municipal, a proceder com as tramitações legislativas nos termos referendados pelo seu próprio Regimento Interno, a bem de que o presente Projeto de Lei tenha seu tramite legal, sobre o crivo da Lei.

3 - CONCLUSÃO

Confrontando o expediente com a legislação pátria e local, concluímos que o projeto em apreço está apto a proceder com as tramitações legislativas de praxe, nos termos do Regimento Interno dessa Casa Legislativa, e em condições de ser apresentado para votação, pois não existem obstáculos em sua iniciativa, e nem em sua competência, e consequentemente se encontra qualificado para ser apreciado em plenário.

É o parecer, e como opinamos,

Salvo melhor juízo, que submeto a autoridade competente.

Mâncio Lima - Acre, 10 de Dezembro de 2020.

Francisco Eudes da Silva Brandão

Ssessor Julidico OAB/AC 4.011